

**Autorização n.º AM/M/0006/2019**  
**para a exploração de serviço público de transporte regular de passageiros**

A empresa **Valpi Bus – Alberto Pinto & Filhos, Transportes Rodoviários, S.A**, com sede no (a) **Avenida Pedro Guedes, 4560-452 Penafiel**, titular do **NIPC 500728348** e do **alvará/licença comunitária nº TP200105**, fica autorizada a explorar, em regime provisório, nos termos da Lei nº52/2015, de 9 de Junho, o serviço público de transporte de passageiros regular na **linha nº19**, com origem/destino (O/D) **AMARANTE – MANCELOS**, nas condições que, na presente data, constam do registo no Sistema de Informação Geográfica de Gestão de Carreiras (SIGGESC).

O Operador de transportes fica obrigado a respeitar os seguintes requisitos e condições de exploração:

- a) A exploração do serviço público de transporte rodoviário de passageiros cedido pela presente autorização provisória depende da posse do alvará/licença comunitária válida;
- b) A autorização provisória é intransmissível, não podendo ser cedida ou utilizada por outrem, a qualquer título;
- c) Assegurar e gerir o respetivo serviço público de transporte de passageiros, satisfazendo condições de cumprimento de horários, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, conforto e higiene;
- d) Ceder, à Autoridade de Transportes, a informação por esta requerida sobre as condições de oferta e procura, bem como sobre as condições relativas ao material circulante em utilização no serviço autorizado;
- e) Sem prejuízo do estabelecido no n.º4 do artigo 22.º do RJSTP, transmitir à Autoridade de Transportes de Amarante, até 31 de dezembro de 2019, relativamente ao período entre 1 de Janeiro e 3 de dezembro do ano corrente, a seguinte informação:
  - I. Dados geográficos e alfanuméricos de caracterização da linha e paragens, horários e tarifários (de acordo com o registado no SIGGESC);
  - II. Número de veículos.km produzidos;
  - III. Número de lugares.km produzidos;
  - IV. Número de passageiros transportados;
  - V. Número de passageiros.km transportados;
  - VI. Número de lugares.km oferecidos;
  - VII. Receitas e vendas tarifárias anuais;
  - VIII. Custos diretos e indiretos da operação, de acordo com as normas contabilísticas em vigor;
  - IX. Velocidade comercial média à hora de ponta e fora da hora de ponta;
  - X. Tipologia de veículos utilizados, incluindo a capacidade, o tipo de combustível e o consumo médio por km;

O não cumprimento dos requisitos mencionados na presente autorização pode dar lugar ao respetivo cancelamento.

São direitos do Operador de Transportes:

- a) Explorar, em regime de exploração provisória, a carreira em causa;
- b) Os fixados na legislação aplicável, designadamente no Decreto –Lei n.º9/2015, de 15 de Janeiro;
- c) Promover publicidade, tanto nos veículos como nas suas instalações, à exceção dos abrigos das paragens, de acordo com a legislação em vigor;

A presente autorização provisória pode ser revogada se:

- a) Em caso de violação grave ou reiterada de normas legais, regulamentares, e/ou administrativas em vigor, nomeadamente em matéria de transporte de passageiros, o interesse público ou a defesa do mercado o justificar;
- b) A autorização tiver sido obtida com recurso a falsas informações ou a qualquer outro meio irregular;
- c) O Operador de Transportes deixar de reunir os requisitos e/ou as condições de concessão da autorização;

A presente autorização provisória pode ser objeto de alterações relativas a itinerários, paragens, horários e tarifas, por iniciativa do operador, devidamente fundamentada e sujeita à autorização da Autoridade de Transportes, ou por iniciativa da mesma. Tais alterações têm que ser introduzidas no SIGGESC e autorizadas pela Autoridade de Transportes, para terem efeitos práticos.

A presente autorização provisória caduca caso o Operador de Transportes deixe de explorar efetivamente o serviço público em causa.

A Autoridade de Transportes pode a todo tempo e sem que o operador possa peticionar qualquer indemnização, revogar ou alterar a presente autorização.

A presente autorização tem validade até 3 de dezembro de 2019, sem prejuízo da sua alteração ou revogação.

Emitida em Amarante, em 19 de novembro de 2019.

Presidente da Câmara Municipal de Amarante

Dr. José Luís Gaspar Jorge